

PORTUGAL EM ÁFRICA

Quando há dois anos tivemos a honra de expôr, perante a douta assembleia do Instituto de Coimbra, o aspecto do problema colonial português, nos tempos perturbados que precederam e seguiram o Acto Geral de Berlim, fizemos a promessa de maior desenvolvimento de alguns pontos tratados em síntese naquela conferência. Circunstâncias posteriores àquela ocorrência, obstaram ao cumprimento da promessa feita, falta que agora se atenua com a publicação destas linhas:

*
* *

Dentro dos fracos recursos duma nação pequena, nunca Portugal deixou de contribuir para a civilização do mundo, mesmo àquem da epopeia marítima que imortalizou os feitos dos nossos maiores.

A África foi o último dos continentes que despertou a atenção das velhas nações da Europa, tornando-se desnecessário estudar aqui os fundamentos ou causas daquele facto. Muito antes que as nações do nosso velho continente volvessem os olhares para o antigo continente negro, impressionando-se com o estacionamento de milhões de seres, entregues ao latrocínio de expoliadores ousados e às práticas de lutas intestinas, acrescidas de devastadoras epidemias e o depauperamento de raças condenadas a uma fatal extinção, Portugal procurava, dentro da velha fórmula de assimilação — errada, mas sincera —, contribuir para a modificação moral de uns milhões de seres atrasados, que à sua guarda haviam sido confiados.

Em 1875, tinha o governo português comunicado ao governo britânico o seu parecer sobre a necessidade dos dois aliados tomarem providências para o cumprimento da «gloriosa missão de civilizar as vastas regiões da África do Sul».

É acrescentava que nação alguma se comparava a qualquer das duas — Inglaterra e Portugal — no que respeitava aos territórios que a estas pertenciam. Propunha-se uma acção imediata, a exercer pelas duas Potências, de modo a sustar-se certos actos de hostilidade, da parte da população indígena, contra as pessoas e propriedades dos comandantes estabelecidos nas duas costas africanas.

E assim sucedia que as expedições da pequena guerra, na costa e no interior, se faziam, muitas vezes, com notável custo para as nossas tropas, os *finantes* portugueses percorriam todo o sertão do interior das províncias de Angola e Moçambique, localizando-se, todavia, o grosso das transacções mercantis nos centros urbanos da costa e em uma ou outra posição do interior: Quilimane, Moçambique, Tete, Seguella, Benna, Bihé, Caconda, Loanda, Dondo, Malange, Cassange, S. Salvador, e poucas mais, são exemplos destes núcleos da colonização portuguesa.

Sem falarmos na marcha da colonização inglesa do Cabo da Boa Esperança para o norte, nem no exodo ou *treks boers* na ilimitada aspiração pelos amplos horizontes e pela insaciável liberdade de povo indomável, pode dizer-se que a política africana, há quarenta anos, girou em torno do Congo ou Zaire, que já então se supunha uma grande via de penetração, como os factos posteriores vieram comprovar.

Ao rei Leopoldo II (justo é registar, entre *démarches*, para nós molestas, a sua fecunda iniciativa) se deve os trabalhos preparatórios de um entendimento internacional para uma acção colectiva na parte da África, que parecia mais vulnerável à penetração civilizadora da Europa.

Na conferência de Bruxelas, de 1876, promovida pelo rei Leopoldo, estando nela representados seis países da Europa — Bélgica, Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Rússia —, foram lançadas as bases da famosa Associação Internacional Africana, como uma organização central, promotora da constituição de Comissões Nacionais em onze países europeus, e uma nos Estados Unidos.

Entretanto em Portugal organizava-se a expedição — Capêlo, Serpa Pinto e Ivens — a qual tendo por missão inicial o estudo das cabeceiras dos rios Zaire e Zambeze, modificava, já em Africa, os seus objectivos iniciais, em virtude da gloriosa travessia de Stanley e melhor distribuição dos objectivos modificados: Serpa Pinto fazendo a travessia de Benguela a Durban; Capêlo e Ivens, a viagem de Benguela

às terras de Jacca, teem pertinazmente contribuido para a cartografia angolense.

O rei Leopoldo, acordado com Stanley, lançava-se intelligentemente na conquista de um império colonial para o seu país — o Congo Belga; a França, por incentivos calorosos de Brazza, entrava no Congo Médio, em concorrência com o Monarca Belga, abrindo do Gabão e do Loango, um tanto à nossa custa, caminho que ainda hoje não está concluido, mas construindo os alicerces da sua importante dependência da Africa Equatorial; a Inglaterra avançando do Cabo para o Norte, em luta com os agrupamentos indígenas, realiza com os *homens de Kimberley*, o início da sua poderosa acção no Transvaal, cujas minas do Rand, descobertas ao tempo, provocam a *ruée* duma população cheia de energia e audácia.

Entretanto, na indecisão dos problemas nacionais que convinha resolver com acerto, mas sem perda de tempo, ficavamos na attitude apática de quem, apesar de boas intenções, não teve a clara noção do factor tempo.

Partiu a nova expedição (1884) comandada pelos illustres viajantes Capêlo e Ivens, cuja travessia, de Angola a Moçambique, tanto emocionou a alma nacional.

A política da expansão britânica mantinha-se inalterável e com um êxito cada vez mais assegurado. A Companhia *South Africa*, ou a *Chartered*, lançava os fundamentos da sua acção, sob o patrocínio de Cecil Rhodes, que então culminava no seu rasgado génio deliberativo, rodeado, como estava, de figuras eminentes da política sul-africana.

Nós apressadamente mandáramos à Africa Oriental, algumas missões de carácter político-geográfico, ao passo que a Alemanha lançava os fundamentos da sua política imperialista, na África, na Ásia e na Oceania, para o que julgou indispensável um acôrdo com a Inglaterra, como acôrds foram também feitos entre a Inglaterra e a França, ficando nós inteiramente isolados das combinações internacionais com o ideal, vagamente esboçado, de uma extensão territorial ininterrupta de Angola a Moçambique.

Era singularmente perturbador o período que se seguiu à conferência de Berlim, realizada, como dissémos, de 1884 a 1885. Para nós, essa época, e em especial, o final de 1889, tornou-se duma aguda dificuldade, culminante na explosão de janeiro do ano seguinte.

Foi depois dêsse agitado período, tão cheio de incidentes na nossa vida nacional, que se tentou enveredar pelo cami-

nho das realizações. A Inglaterra avançava na África, ininterruptamente, para o norte, sem que quaisquer dificuldades embaraçassem a sua passagem. Fizera o acôrdo comnosco, depois dos graves incidentes em que se viu a nossa diplomacia, daí resultando a construção do caminho de ferro da Beira à Rhodesia, em cujo papel a Companhia de Moçambique se desempenhou de maneira muito para louvar.

Mas a solução decisiva do problema da África Ocidental, foi a ida do eminente homem público, que se chamou António Enes, cujo Alto Comissariado se assinalou cheio dos mais valiosos resultados para o nosso bom nome se afirmar perante o mundo inteiro, e nos assegurou um prestígio inexcusável na África do Sul.

Os combates feridos até ao aprisionamento do Gungunhana (1895), e o seguimento da campanha dos Namarrais, continuada com a campanha de Gaza, transformaram por completo a situação política de Portugal na Costa Oriental da África, como idênticos resultados se obtiveram na África Ocidental (Angola e S. Tomé), com as obras da viação acelerada ali empreendidas, e com o desabrochar da grande agricultura em S. Tomé. Para as duas grandes províncias africanas contribuíram eficazmente o valor dos nossos soldados, a ousadia de alguns agricultores e comerciantes, se bem que as boas intenções de poucos ministros tivessem fornecido fortes subsídios para os resultados satisfatórios.

*

* *

Entretanto na África do Sul rebenta a guerra entre Inglaterra e as repúblicas do Transvaal e Orange (1899 a 1902), resultando com o triunfo da primeira, que assim firmou a sua hegemonia, política e económica, para o sul do Equador. Todavia, o triunfo material da Inglaterra não lhe garantia a completa adesão espiritual das nações vencidas e politicamente integradas, desde então, nas dependências britânicas. A população boer ou holandêsa, em maior número que a britânica, seguindo na tradição de constituir ali uma nova raça, falando a sua língua, não abateu bandeiras. Duas raças e duas línguas, ou uma só raça e uma só língua para a população branca, na região para além do Zambeze, tal foi o dilema. Discordâncias, mais ou menos apagadas, ainda perduram sem que a dissonância dos seus sentimentos fôsse eliminada.

A guerra, que há poucos meses teve o seu epílogo, cimentou em todos os cantos do mundo, onde se fala a língua inglesa, a concordância espiritual da *Maior Inglaterra*; todavia, na África do Sul, nem o divergente sentimento boer, a que acima aludimos, nem as tendências duma forte preponderância do mais novo *Dominion* britânico, com as suas instituições parlamentares, com a sua autonomia financeira e com o seu poder de absorpção política e económica, mostraram qualquer enfraquecimento na confiança depositada no assegurado prestígio mundial da Grã-Bretanha.

Os sul-africanos sentem-se naturalmente orgulhosos de constituírem um astro de primeira grandeza, na constelação imperial britânica; mas parece-nos que esse caloroso desejo, não oblitera o seu assinalado espírito de preponderância no sul-africano, e a força atractiva para chamar para dentro da sua órbita os organismos políticos que se encontram dentro do seu campo de forças.

E assim, desfeito o poderio colonial germânico, sem possibilidade de reconstituição, logo a Sudoeste África entrou na jurisdição política do *Dominion* africano, parecendo que a independência da Costa Oriental, conquistada por ingleses, sul-africanos e indianos, não estará longe de avolumar ainda mais o já dilatado Império que Cecil Rhodes havia tão ardentemente preconizado em África, sob o *Union Jack*. Já no tempo das Repúblicas do Transvaal e Orange, havia no programa de Kruger e dos boers de certa representação política, o projecto da expansão territorial do seu país até ao Oceano Índico, através dos nossos territórios. Lourenço Marques tornára-se um apetecido objectivo da acção conquistadora boer, conseguindo-se, por esse modo, a independência das comunicações com o exterior, sem necessidade de recorrer aos portos do Cabo ou do Natal.

Ao espírito imperialista dos *representative men* da África do Sul não desagrade, antes perfilham, com calor, a velha doutrina de Kruger, faltando apenas a fórmula a aplicar ao caso. É a nossa opinião, pelo que conhecemos desses homens, alguns eminentes. Basta saber quem é e o que pensa o actual chefe de governo, general Smuts, que às suas qualidades de homem ilustrado e de uma alta cotação, alia uma inteligência esclarecida e uma notável ambição imperialista, para não termos dúvidas sobre os intuitos dominantes.

Todavia temos de viver na melhor harmonia, como bons vizinhos, que nos presâmós ser, sem descurar da nossa si-

tuação nacional. Como obviar a êste quasi paradoxo? Intensificando os nossos interesses nacionaes em collaboração com os interesses britannicos. Emprêzas com capitais portuguezes e inglezes, emigração portugueza para regiões onde possam formar-se núcleos de colonização, como sejam no distrito de Lourenço Marques e na Angónia, etc.; desenvolvimento da rêde ferro-viária, de modo a completar, principalmente no sul da provincia, toda a projectada viação, imprescindível ao fomento económico da mesma.

Em Angola temos caso semelhante. Já na época colonial germânica, as ambições dos colónos teutões, domiciliados ao sul do Cunene, visavam a expansão para o norte daquelle limitrofe. Caminhos de ferro, colonização portugueza e domínio do nosso capital, eis o que nos parece substancial à vida do país na sua acção colonizadora. Não descuremos o assunto.

JOSÉ FRANCISCO DA SILVA.